



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

(do Sr. Pedro Fernandes)

Requer a realização de audiência pública a fim de esclarecer o contrato entre a Telebras e a empresa Viasat.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 24, III, c/c art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, a fim de esclarecer o contrato entre a Telebras e a empresa Viasat com a participação do Presidente da Telebras, Sr. Jarbas Valente.

JUSTIFICAÇÃO

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas terá uso tanto civil como militar, adquirido pela Telebras, o projeto é uma parceria entre os ministérios da Defesa e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O lançamento ocorreu no dia 04 de maio de 2017, feito no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa e a decolagem foi considerada perfeita. Contudo, uma disputa paralisou o programa Internet para Todos, do governo federal, e põe em risco um investimento público de R\$ 2,8 bilhões.

Como a Telebras não pode atuar diretamente no mercado de banda larga, esta realizou um leilão, em outubro do ano passado, para escolher a empresa que irá distribuir a banda larga do satélite, entretanto nenhuma empresa privada compareceu. E a Telebras, em fevereiro deste ano, firmou contrato diretamente com grupo americano Viasat iniciando, assim, um imbróglio judicial por meio da concorrente Via Direta, interessada também no Satélite.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Um ponto apontado pela empresa Via Direta no âmbito judicial e que foi acolhido o argumento diz respeito a ferir a soberania nacional. Também há um prejuízo diário de não uso do satélite no valor de R\$ 800 mil por dia, o acumulado está em torno de R\$ 25 milhões, conforme reportagem da folha.

Justamente por compor a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, venho pedir aos meus pares para que aprovem o presente requerimento com o intuito de esclarecer se esse contrato fere ou não a soberania bem como evitar esse prejuízo diário.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2018.

Deputado Pedro Fernandes
PTB/MA